

**1.º JUÍZO CÍVEL DO TRIBUNAL DA COMARCA DA MAIA****Anúncio n.º 8378/2010****Insolvência pessoa singular (Apresentação) — Processo n.º 5877/10.9TBMAI**

Insolvente: Bruno Durval Ferreira Tavares Pereira Rodrigues e Diana Ermelinda Gomes Soares Pereira

Credores: A Caixa Geral de Depósitos, S. A. e outros.

No Tribunal Judicial da Maia, 1.º Juízo Competência Cível de Maia, no dia 18-08-2010, pelas 19:30 horas, foi proferida sentença de declaração de insolvência dos devedores:

Bruno Durval Ferreira Tavares Pereira Rodrigues, estado civil: Casado (regime: Comunhão de adquiridos), nascido(a) em 22-02-1978, concelho de Porto, freguesia de Massarelos [Porto], NIF — 216543908, BI — 11277792, Endereço: Rua D. Albina Penada, N.º 39, 1.º, Hab. 1.3, 4425-267 Águas Santas — Maia e Diana Ermelinda Gomes Soares Rodrigues, estado civil: Casado (regime: Comunhão de adquiridos), nascido(a) em 29-04-1983, concelho de Paços de Ferreira, freguesia de Freamunde [Paços de Ferreira], NIF — 233829709, BI — 12489649, Endereço: Rua D. Albina Penada, N.º 39, 1.º, Hab. 1.3, 4425-267 Águas Santas — Maia, com domicílio na morada indicada.

Para Administrador da Insolvência é nomeada a pessoa adiante identificada, indicando-se o respectivo domicílio:

António Francisco Cocco Seixas Soares, Endereço: Av. Visconde de Barreiros, 77 — 5.º, 4470-151 Maia.

Ficam advertidos os devedores do insolvente de que as prestações a que estejam obrigados, deverão ser feitas ao administrador da insolvência e não ao próprio insolvente.

Ficam advertidos os credores do insolvente de que devem comunicar de imediato ao administrador da insolvência a existência de quaisquer garantias reais de que beneficiem.

Declara-se aberto o incidente de qualificação da insolvência com carácter pleno (alínea i do artigo 36.º-CIRE).

Para citação dos credores e demais interessados correm éditos de 5 dias.

Ficam citados todos os credores e demais interessados de tudo o que antecede e ainda:

O prazo para a reclamação de créditos foi fixado em 30 dias.

O requerimento de reclamação de créditos deve ser apresentado ou remetido por via postal registada ao administrador da insolvência nomeado, para o domicílio constante do presente edital (n.º 2 artigo 128.º do CIRE), acompanhado dos documentos probatórios de que disponham.

Mesmo o credor que tenha o seu crédito por reconhecido por decisão definitiva, não está dispensado de o reclamar no processo de insolvência (n.º 3 do Artigo 128.º do CIRE).

Do requerimento de reclamação de créditos deve constar (n.º 1, artigo 128.º do CIRE):

A proveniência do(s) crédito(s), data de vencimento, montante de capital e de juros;

As condições a que estejam subordinados, tanto suspensivas como resolutivas;

A sua natureza comum, subordinada, privilegiada ou garantida, e, neste último caso, os bens ou direitos objecto da garantia e respectivos dados de identificação registral, se aplicável;

A existência de eventuais garantias pessoais, com identificação dos garantes;

A taxa de juros moratórios aplicável.

É designado o dia 13-10-2010, pelas 10:00 horas, para a realização da reunião de assembleia de credores de apreciação do relatório, podendo fazer-se representar por mandatário com poderes especiais para o efeito.

Da presente sentença pode ser interposto recurso, no prazo de 15 dias (artigo 42.º do CIRE), e ou deduzidos embargos, no prazo de 5 dias (artigo 40.º e 42 do CIRE).

Com a petição de embargos, devem ser oferecidos todos os meios de prova de que o embargante disponha, ficando obrigado a apresentar as testemunhas arroladas, cujo número não pode exceder os limites previstos no artigo 789.º do Código de Processo Civil (n.º 2 do artigo 25.º do CIRE).

Ficam ainda advertidos que os prazos para recurso, embargos e reclamação de créditos só começam a correr finda a dilação e que esta se conta da publicação do anúncio.

Os prazos são contínuos, não se suspendendo durante as férias judiciais (n.º 1 do artigo 9.º do CIRE).

Terminando o prazo em dia que os tribunais estiverem encerrados, transfere-se o seu termo para o primeiro dia útil seguinte.

Data: 19-08-2010. — O Juiz de Direito, *Dr. Jorge Paulo Limão Andrade*. — O Oficial de Justiça, *José Carlos Rodrigues da Fonseca*.

303616386

**3.º JUÍZO CÍVEL DO TRIBUNAL DA COMARCA DA MAIA****Anúncio n.º 8379/2010****Insolvência pessoa singular (Apresentação) — Processo 4081/10.0TBMAI**

N/Ref: 5385272

Convocatória de Assembleia de Credores nos autos de Insolvência acima identificados em que são:

Insolvente: -Carlos Alberto Ferreira Lourenço, estado civil: Casado,

Endereço: Rua Rodrigo Pedro, 37-1 Dto., 4470-364 Maia

Insolvente: -Sónia Palmira Nogueira da Costa, estado civil: Casado,

Endereço: Rua Rodrigo Pedro, 37-1 Dto., 4470-364 Maia

Administrador de Insolvência: -António Francisco Cocco Seixas Soares, Endereço: Av. Visconde de Barreiros, 77 — 5.º, 4470-151 Maia

Ficam notificados todos os interessados, de que no processo supra identificado, foi adiado para o dia 10-09-2010, pelas 14:00 horas, a realização da reunião de assembleia de credores.

Os credores podem fazer-se representar por mandatário com poderes especiais para o efeito.

Data: 22-07-2010. — O Juiz de Direito, *Dr.ª Rosa de Jesus Teixeira Alves*. — O Oficial de Justiça, *Francisco Silva*.

303518108

**TRIBUNAL DA COMARCA DA MEALHADA****Anúncio n.º 8380/2010****Processo: 110/08.6TBAND- C — Liquidação do Activo**

Requerente: BPN — Banco Português de Negócios, S. A.

Insolvente: Fa e Tran — Fabrico, Transf. e Comércio de Materiais Cerâmicos, S. A.

Convocatória de Assembleia de Credores nos autos de Insolvência acima identificados em que são:

Fa e Tran — Fabrico, Transf. e Comércio de Materiais Cerâmicos, S. A., NIF — 504273833, Endereço: Rua das Cerâmicas, Apartado 58 Pampilhosa, 3050-901 Mealhada

Dr.ª Daniela Fernandes, Endereço: Rua Padre Américo — Edifício Marialva, 1.º J, 3780-236 Anadia

Ficam notificados todos os interessados, de que no processo supra identificado, foi designado o dia 08-09-2010, pelas 14:00 horas, para a realização da reunião de assembleia de credores.

Os credores podem fazer-se representar por mandatário com poderes especiais para o efeito.

É facultada a participação de até três elementos da Comissão de Trabalhadores ou, na falta desta, de até três representantes dos trabalhadores por estes designados (n.º 6 do Artigo 72.º do CIRE).

Ficam advertidos os titulares de créditos que os não tenham reclamado, e se ainda estiver em curso o prazo fixado na sentença para reclamação, de que o podem fazer, sendo que, para efeito de participação na reunião, a reclamação pode ser feita na própria assembleia (alínea c n.º 4 do Artigo 75.º do CIRE).

Data: 28-07-2010. — A Juíza de Direito, *Dr.ª Ana Maria Gonçalves Afonso dos Reis*. — O Oficial de Justiça, *Aida Maria Martins*.

303556065

**2.º JUÍZO CÍVEL DO TRIBUNAL DA COMARCA DE OLIVEIRA DE AZEMÉIS****Anúncio n.º 8381/2010****Processo:1696/10.0TBOAZ — Insolvência Pessoa Colectiva (Apresentação)**

Insolvente: Caimalimentar — Comércio e Distribuição de Produtos Alimentares, L.ª

Publicidade de sentença e citação de credores e outros interessados nos autos de Insolvência acima identificados

No Tribunal Judicial de Oliveira de Azeméis, 2.º Juízo Cível de Oliveira de Azeméis, no dia 12-08-2010, às 20.00 horas, foi profe-

rida sentença de declaração de insolvência do(s) devedor(es): Caimalimtar — Comércio e Distribuição de Produtos Alimentares, L.ª, NIF — 504197894, Endereço: Portela, Ossela, 3720-000 Ossela Oaz, com sede na morada indicada.

São administradores do devedor/sócios: Adérito Fernando de Pinho Ribeiro e Lídia Isabel Gomes de Almeida, com domicílio na Rua António Martins Soares Leite, Edif. Trevo, Bloco A 3N Cavaco, 4520-Santa Maria da Feira, a quem é fixado domicílio na morada indicada.

Para Administrador da Insolvência é nomeada a pessoa adiante identificada, indicando-se o respectivo domicílio: Dr.ª Nídia Sousa Lamas, Endereço: Rua S. Nicolau, 33, 5.º A F, 4520-248 Santa Maria da Feira.

Ficam advertidos os devedores do insolvente de que as prestações a que estejam obrigados, deverão ser feitas ao administrador da insolvência e não ao próprio insolvente.

Ficam advertidos os credores do insolvente de que devem comunicar de imediato ao administrador da insolvência a existência de quaisquer garantias reais de que beneficiem.

Declara-se aberto o incidente de qualificação da insolvência com carácter Pleno (alínea *i* do artigo 36.º CIRE)

Para citação dos credores e demais interessados correm éditos de 5 dias.

Ficam citados todos os credores e demais interessados de tudo o que antecede e ainda:

O prazo para a reclamação de créditos foi fixado em 30 (trinta) dias.

O requerimento de reclamação de créditos deve ser apresentado ou remetido por via postal registada ao administrador da insolvência nomeado, para o domicílio constante do presente edital (n.º 2 artigo 128.º do CIRE), acompanhado dos documentos probatórios de que dispõem.

Mesmo o credor que tenha o seu crédito por reconhecido por decisão definitiva, não está dispensado de o reclamar no processo de insolvência (n.º 3 do Artigo 128.º do CIRE).

Do requerimento de reclamação de créditos deve constar (n.º 1, artigo 128.º do CIRE):

A proveniência do(s) crédito(s), data de vencimento, montante de capital e de juros;

As condições a que estejam subordinados, tanto suspensivas como resolutivas;

A sua natureza comum, subordinada, privilegiada ou garantida, e, neste último caso, os bens ou direitos objecto da garantia e respectivos dados de identificação registral, se aplicável;

A existência de eventuais garantias pessoais, com identificação dos garantidores;

A taxa de juros moratórios aplicável.

É designado o dia 30-09-2010, pelas 14.00 horas, para a realização da reunião de assembleia de credores de apreciação do relatório, podendo fazer-se representar por mandatário com poderes especiais para o efeito.

É facultada a participação de até três elementos da Comissão de Trabalhadores ou, na falta desta, de até três representantes dos trabalhadores por estes designados (n.º 6 do Artigo 72.º do CIRE).

Da presente sentença pode ser interposto recurso, no prazo de 15 dias (artigo 42.º do CIRE), e ou deduzidos embargos, no prazo de 5 dias (artigos 40.º e 42.º do CIRE).

Com a petição de embargos, devem ser oferecidos todos os meios de prova de que o embargante disponha, ficando obrigado a apresentar as testemunhas arroladas, cujo número não pode exceder os limites previstos no artigo 789.º do Código de Processo Civil (n.º 2 do artigo 25.º do CIRE).

Ficam ainda advertidos que os prazos para recurso, embargos e reclamação de créditos só começam a correr finda a dilação e que esta se conta da publicação do anúncio.

Os prazos são contínuos, não se suspendendo durante as férias judiciais (n.º 1 do artigo 9.º do CIRE).

Terminando o prazo em dia que os tribunais estiverem encerrados, transfere-se o seu termo para o primeiro dia útil seguinte.

#### Informação

##### Plano de Insolvência

Pode ser aprovado Plano de Insolvência, com vista ao pagamento dos créditos sobre a insolvência, a liquidação da massa e a sua repartição pelos titulares daqueles créditos e pelo devedor (artigo 192.º do CIRE).

Podem apresentar proposta de Plano de Insolvência o administrador da insolvência, o devedor, qualquer pessoa responsável pelas dívidas da insolvência ou qualquer credor ou grupo de credores que representem um quinto do total dos créditos não subordinados reconhecidos na

sentença de graduação de créditos ou, na falta desta, na estimativa do Sr. Juiz (artigo 193.º do CIRE).

Oliveira de Azeméis, 16 de Agosto de 2010. — A Juíza de Direito, de turno, *Ángela Faria*. — O Oficial de Justiça, *Isabel Pinho*.

303607687

### 3.º JUÍZO DO TRIBUNAL DA COMARCA DE PAÇOS DE FERREIRA

Anúncio n.º 8382/2010

#### Insolvência pessoa colectiva (Apresentação) — Processo: 1098/10.9TBPFR

Insolvente: Tijolos D'Prata — Construções, L.ª

Convocatória de Assembleia de Credores nos autos de Insolvência acima identificados em que são:

Insolvente: Tijolos D'Prata — Construções, L.ª, NIF — 507763599, Endereço: Rua Jaime Leão Pinto, N.º 99, Paços de Ferreira, 4590-869 Paços de Ferreira.

Administrador da Insolvência: José Augusto Machado Ribeiro Gonçalves, Endereço: Av. Dr. Lourenço Peixinho, 15, 3.º G, 3800-164 Aveiro.

Ficam notificados todos os interessados, de que no processo supra identificado, foi designado o dia 12-10-2010, pelas 14:00 horas, para a continuação da reunião de assembleia de credores com vista à votação e deliberação do plano de Insolvência a ser apresentar no prazo de vinte dias.

Os credores podem fazer-se representar por mandatário com poderes especiais para o efeito.

É facultada a participação de até três elementos da Comissão de Trabalhadores ou, na falta desta, de até três representantes dos trabalhadores por estes designados (n.º 6 do Artigo 72.º do CIRE).

Ficam advertidos os titulares de créditos que os não tenham reclamado, e se ainda estiver em curso o prazo fixado na sentença para reclamação, de que o podem fazer, sendo que, para efeito de participação na reunião, a reclamação pode ser feita na própria assembleia (alínea *c* n.º 4 do Artigo 75.º do CIRE).

Data: 12-08-2010. — A Juiz de Turno, *Dr.ª Susana Ribeiro*. — O Oficial de Justiça, *Maria Helena A. M. S. C. Fernandes*.

303603311

### 2.º JUÍZO CÍVEL DO TRIBUNAL DA COMARCA DE PAREDES

Anúncio n.º 8383/2010

#### Processo de insolvência de pessoa singular (Requerida) N.º 3893/09.2TBPRD

No Tribunal Judicial de Paredes, 2.º Juízo Cível de Paredes, no dia 30-06-2010, pelas 10:00 horas, foi proferida sentença de declaração de insolvência do(s) devedor(es):

António Carvalho Neto, número de identificação fiscal 158762665, Endereço: Rua Ana Gaspar da Silva, N.º 25, Paredes, 4580-187 Cristelo PRD, com domicílio na morada indicada.

Para Administrador da Insolvência é nomeada a pessoa adiante identificada, indicando-se o respectivo domicílio.

Dr(a). Cláudia Sousa Soares, número de identificação fiscal 207157065, Endereço: Rua D. Afonso Henriques, 564, 2.º, Dtº, Fte, Rio Tinto, 4435-006 Rio Tinto

Ficam advertidos os devedores do insolvente de que as prestações a que estejam obrigados, deverão ser feitas ao administrador da insolvência e não ao próprio insolvente.

Ficam advertidos os credores do insolvente de que devem comunicar de imediato ao administrador da insolvência a existência de quaisquer garantias reais de que beneficiem.

Declara-se aberto o incidente de qualificação da insolvência com carácter Pleno (alínea *i* do artigo 36.º CIRE)

Para citação dos credores e demais interessados correm éditos de 5 dias.

Ficam citados todos os credores e demais interessados de tudo o que antecede e ainda:

O prazo para a reclamação de créditos foi fixado em 30 dias.

O requerimento de reclamação de créditos deve ser apresentado ou remetido por via postal registada ao administrador da insolvência nome-